



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Missão Brumadinho

Fevereiro/2019

RELATÓRIO DA MISSÃO REALIZADA ENTRE OS DIAS 29 DE JANEIRO E 6 DE FEVEREIRO DE 2019, NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM, NA MINA DO Córrego do Feijão, pelo grupo de trabalho do Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos.

Expediente Institucional

Presidência da República

Jair Bolsonaro

Presidente da República

Hamilton Mourão

Vice-Presidente da República

Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

Damares Alves

Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Sérgio Luiz Cury Carazza

Secretário-Executivo

Secretaria Nacional de Juventude

Jayana Nicaretta da Silva

Secretária Nacional de Juventude

Guilherme Freire

Secretário Adjunto

Ficha Técnica

Coordenação

Guilherme Freire

Texto

Ana Carolina Ribeiro

Thiago Matias

Rafael Botelho

Thiago Gardin

Alice Vogado

Colaboradores

Davi Callazans

Douglas Pinheiro

Guilherme Freire

Revisão

Victor Hugo

Diagramação e Arte

Sumário

Siglas.....	7
Introdução.....	8
Antecedentes.....	9
Cronograma da Missão.....	10
DIA 29/1/2019	10
1. Chegada ao Centro de Comando em Brumadinho.....	10
2. Visita à região do Tejuco.....	12
3. Primeira visita às Comunidades Indígenas Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe.	13
4. Reunião com Thais Oliveira, Gerente Regional de Relação Institucional da Vale S.A.14	
5. Reunião com o Bispo Dom Vicente de Paula Ferreira, na Igreja Matriz de Brumadinho.....	15
6. Velório da sra. Sirlei de Brito Ribeiro.....	16
7. Segunda visita às Comunidades Indígenas Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe.....	16
8. Reunião com a Secretária Municipal de Administração e com o Procurador Municipal junto à Prefeitura de Brumadinho.	17
9. Reunião com o Prefeito Municipal de Brumadinho e com a Diretora do Ministério da Cidadania.	17
10. Reunião com representantes e líderes de Igrejas.....	18
DIA 31/01/2019	20
11. Vistoria do Rio Paraopeba junto ao IBAMA e notificação à Vale S.A.	20
12. Reunião na Secretaria Municipal de Saúde, com a Secretaria de Estado de Trabalho e de Desenvolvimento Social, com a representante do Ministério da Cidadania e com o Ministério Público Estadual.	20
13. Missa de Sétimo Dia da Tragédia.....	21
DIA 01/02/2019	21
14. Reconhecimento aos bombeiros voluntários	21
15. Reunião para conhecer as atividades da polícia civil	22
16. Visita ao Córrego do Feijão.	22
DIA 02/02/2019	23
17. Visita às Comunidades Quilombolas Marinhos e Sapé.....	23
18. Visita aos principais pontos de trabalho voluntário.....	24
19. Reunião no quartel para atualização de informações.	25

DIA 04/02/2019	25
20. Visita ao Parque da Cachoeira.	25
DIA 05/02/2019	26
21. Organização logística e administrativa no Centro de Comando.	26
DIA 06/02/2019	26
22. Retorno a Brasília.	27
Observações de Fatores Críticos.....	27
Resposta à Crise Humanitária.....	27
Pontos Relevantes Identificados	28
Pontos para Melhoria	29
Elementos de indicadores de sucesso e boas práticas	29
Considerações finais	30
Anexos.....	31
Índice de Imagens	32
Pessoas citadas.....	39
Relatório Victoria do IBAMA-MMA	41

Siglas

Companhia de Saneamento de Minas Gerais — COPASA

Fundação Nacional do Índio — FUNAI

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis —
IBAMA

Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos — MMFDH

Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social — SEDESE

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPIR

Secretaria Especial de Saúde Indígena — SESAI

Secretaria Nacional da Juventude — SNJ

Introdução

Em ocasião do rompimento de três barragens de rejeitos da mina Córrego do Feijão, ocorrido na sexta-feira, dia 25/1/2019, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) enviou uma Equipe, na terça-feira, dia 29/1/2019, com a missão de:

- **Coletar informações** *in loco* para **articular soluções e encaminhar demandas** em harmonia com a prefeitura de Brumadinho e o Governo do Estado de Minas Gerais.
- **Qualificar informações** sobre **povos e comunidades tradicionais** afetados pelo ocorrido, de forma a garantir que lhes sejam enviados os alívios emergenciais (em especial o abastecimento de água e comida e a prestação de serviços de saúde).
- **Analisar a situação** das comunidades afetadas, trabalhar em conjunto com os demais órgãos do governo, **intermediar todas as demandas apresentadas** junto ao Governo do Estado, ao governo municipal e à Vale do Rio Doce de modo a fortalecer as relações institucionais respeitando, contudo, as devidas competências.
- **Analisar o impacto** do desastre sobre os jovens, **de forma a encaminhar soluções de alívio emergencial e aprimorar mecanismos de políticas públicas de juventude.**
- **Resolver e intermediar as questões levantadas ligadas às comunidades tradicionais, aos povos indígenas, aos ciganos e aos quilombolas**, bem como **mapear essas comunidades.**

Além das informações colhidas diretamente no local, a Equipe trabalhou com os dados que foram disponibilizados por meio da Ouvidoria do Ministério. A maioria das questões dos serviços relacionava-se às pessoas desaparecidas. Também havia demandas sobre a identificação de corpos e sobre o impacto direto na disponibilidade de água potável para as comunidades indígenas e as comunidades quilombolas.

A Equipe era composta por:

- **Guilherme Frassetto da Cunha Lima Freire**, Secretário Adjunto da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ);
- **Douglas Pinheiro**, representando a Secretaria Nacional da Juventude; e
- **Davi Callazans**, representando a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR).

Antecedentes

No município de Brumadinho (região metropolitana de Belo Horizonte), pelo dia 25 de janeiro de 2019, três barragens de retenção de rejeitos de mineração romperam-se, sendo a principal destas a Barragem/Mina do Feijão. Ao menos 12 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos espalharam-se por uma área de 3 mil quilômetros quadrados. Até o dia 12 de fevereiro, 165 corpos foram encontrados e 160 continuam desaparecidos, segundo os dados da Defesa Civil. Os rejeitos avançaram por mais de 120 km ao longo do rio Paraopeba.

A barragem do Feijão estava inativa desde 2015, segundo relatórios da agência Reuters e dois relatórios da Vale, um de 2017 e outro de 2018. De acordo com o escrito nestes dois relatórios, a mineradora tinha informações sobre riscos de rompimento da barragem 1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho. A dissertação de mestrado do engenheiro da Vale S.A. Washington Pirete da Silva¹ também alertava para o risco de liquefação da barragem devido a uma soma de fatores como o solo fino, granular sob carregamento não drenado, entre outros.

¹ SILVA, Washington Pirete da. Estudo do potencial de liquefação estática de uma barragem de rejeito alterada para montante aplicando a metodologia de Olson (2001). Dissertação de Mestrado Profissional em Engenharia Geotécnica. Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto: UFOP, 2010. Disponível em: <http://www.tede.ufop.br/tde_arquivos/13/TDE-2010-09-28T120218Z-512/Publico/diss%20washington%20pirete%20da%20silva%20%20%20geotecnia%20%20%20%20prot.pdf> Acesso em: 12/02/2019.



Imagem 1 - Locais afetados pela lama após o rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão no Município de Brumadinho, em Minas Gerais. Fonte:

<https://oglobo.globo.com/brasil/antes-depois-veja-rastro-de-lama-de-rejeitos-em-brumadinho-23410868>

Cronograma da Missão

DIA 29/1/2019

1. Chegada ao Centro de Comando em Brumadinho

1.1. Conversa com Cel. Alexandre Lucas

A Equipe do Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos chegou ao município de Brumadinho na manhã do dia 29 de janeiro de 2019. A sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, funcionária da Secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais, deu um direcionamento para os trabalhos. Por volta das 10 horas da manhã, a Equipe foi encaminhada ao Centro de Comando de Crise instalado no local do desastre. No Centro de Comando, a Equipe foi recepcionada pelo Cel. Alexandre Lucas, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil. Ele explicou o funcionamento do Centro e providenciou uma autorização para que se pudesse operar no local. Tal autorização foi apresentada ao Ten. Cel. PM Flávio Godinho Pereira, Coordenador Adjunto da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. A

Defesa Civil, então, preparou um cartaz de atribuições e um espaço físico para a Equipe.

Além dos dados com demandas da comunidade divulgadas pela ouvidoria, a Equipe do MMFDH já havia recolhido as requisições da população que haviam sido apresentadas na ocasião. Entre elas constavam, principalmente, a identificação de corpos, a denúncia informando sobre as condições dos indígenas na região afetada e o comprometimento do acesso terrestre às comunidades quilombolas.

1.2. Conversa com o Sr. Thiago Augusto Campos Horta

Na sequência, o Sr. Thiago Augusto Campos Horta, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais, colocou a Equipe a par da situação e inteirou-a acerca das questões de ajuda psicológica às famílias afetadas. O Sr. Thiago também apresentou à Equipe as atividades do Comitê de Crise alocado pela Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE) de Minas Gerais no Centro de Comando.

1.3. Conversa com Sr. Junio de Araujo Alves

No âmbito das conversas preliminares, houve encontro entre a Equipe e o Sr. Junio de Araujo Alves, Secretário Municipal de Saúde de Brumadinho, de quem foi solicitado um informe acerca do atendimento psicológico à população.

1.4. Conversa com o Sr. João Bosco

Posteriormente, a Equipe reuniu-se com o Sr. João Bosco, Técnico de Relacionamento com a Comunidade da empresa Vale S.A., responsável pela atenção direta às famílias afetadas. O sr. João Bosco apresentou à Equipe todo o mapeamento das áreas atingidas e o entorno delas, descrevendo as regiões mais afetadas, isto é, o Córrego do Feijão, o Parque da Cachoeira e o Tejuco. Também informou à Equipe sobre as ações diretas realizadas no momento da conversa. Mencionou, porém, que ignorava que a lama de dejetos pudesse avançar pelo rio e atingir as comunidades indígenas, pois não sabia que estas não eram assistidas pelos serviços da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA).

Em detalhes, a localização e a existência de uma ramificação da comunidade indígena Pataxó no local eram conhecidas pelo *staff* da empresa Vale S.A., mas a

empresa desconhecia o impacto indireto causado à comunidade. Embora a comunidade indígena não tenha sido devastada pela lama de dejetos, a aldeia dependia do rio Paraopebas para o abastecimento de água e para a pesca de subsistência, o que foi prejudicado com a contaminação do rio. Com o rompimento da barragem, os dejetos da lama provocaram a morte dos peixes que foram se acumulando nas margens, deixando o odor característico decorrente da decomposição.

Com as informações do Disque 100 e 180 e com a ajuda do gabinete da Secretaria de Estado do Trabalho e do Desenvolvimento Social do Governo de Minas Gerais, a Equipe pôde identificar a necessidade de auxílio para as aldeias das etnias Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe. Nesse sentido, solicitou-se à empresa Vale S.A. um carro com carregamento de água e comida, pedido que foi prontamente atendido. A Equipe do Ministério, em conjunto com a equipe do Governo do Estado, foi, então, ao encontro da comunidade indígena atingida.

2. Visita à região do Tejuco

A região do Tejuco, um povoado localizado dentro do município de Brumadinho, foi uma das áreas afetadas de que a Equipe tomou conhecimento. Na visita feita, ainda na manhã do dia 29 de janeiro de 2019, os moradores relataram que as fazendas foram destruídas e que isso acarretaria num prejuízo de difícil mensuração existindo, ainda, avarias a serem contabilizadas por toda a região. Os estragos afetaram substancialmente a vida dos moradores, que dependem do cultivo agrícola e da pecuária próprias do vale. Sendo assim, os moradores sofrerão com a dificuldade de adaptação a essa nova situação.

Uma das principais preocupações que os moradores manifestaram refere-se à possibilidade de roubos. Havia apoio policial na zona imediatamente próxima ao local do desastre. No entanto, embora os moradores soubessem estar em área de risco, informaram que desejavam permanecer no local para proteger os bens materiais que ainda podiam ser resgatados, o que revela a necessidade do fortalecimento da atuação da segurança pública também nessa vertente de proteção.

Além disso, as famílias visitadas narraram como ocorreu o avanço da lama. Foi possível perceber a angústia de alguns moradores que ficaram receosos de deixar a

região em razão do apego às suas casas ou mesmo por receio da depredação por parte dos animais.

3. Primeira visita às Comunidades Indígenas Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe

Na tarde do dia 29 de janeiro, houve uma visita às comunidades indígenas das etnias Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe do Município de São Joaquim de Bicas, em Minas Gerais, uma ramificação dos Pataxós da Bahia. Essas comunidades ocupam a região há cerca de um ano e três meses. No entanto, as terras ainda não foram devidamente demarcadas. A população é composta por oitenta e seis (86) pessoas, totalizando vinte e sete (27) famílias, sete (7) mulheres grávidas e dois bebês, um deles nascido na data da visita. Há, entre eles, muitos jovens, inclusive o Cacique. Ao chegar à aldeia, a Equipe foi recebida pelo Cacique Raió, que encaminhou os visitantes aos locais afetados pelo desastre.

De acordo com o Relatório de Vistoria do IBAMA (Anexo), a visita teve por finalidade averiguar as denúncias referentes à contaminação da água do Rio Paraopeba pela lama de rejeitos de mineração.

A contaminação do rio tem provocado a morte de peixes, fonte principal da alimentação da tribo, e de outros animais, cujas carcaças acumulam-se à margem do rio. Devido ao fato dessas comunidades indígenas dependerem da água do rio tanto para o uso humano quanto para o consumo animal e para a produção de alimentos, essa situação trouxe efeitos negativos para a qualidade de vida dos indígenas e tem alterado o seu cotidiano, principalmente devido ao odor decorrente da decomposição dos animais, à redução da quantidade de alimento disponível para os indígenas e o risco de doenças.

Na aldeia, as lideranças da comunidade reuniram-se aos representantes dos seguintes órgãos públicos: IBAMA, FUNAI, SESAI, MMFDH, SNJ, SEPIR, Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Conselho Estadual de Direitos Humanos. Na reunião, os indígenas protestaram sobre a suspensão do fornecimento de água pela COPASA, momento em que a Secretaria Estadual de Direitos Humanos comprometeu-se a

intervir junto à empresa para a retomada do serviço. A comunidade também relatou as dificuldades enfrentadas após a ocorrência do desastre. Em seguida, a comunidade apresentou as suas principais demandas: alimentação, água, medicação, vestuário e equipamentos de proteção (EPI) para a eventual retirada dos peixes e outros animais mortos.

Como resposta, o MMFDH comprometeu-se a intermediar e monitorar as ações de assistência emergencial entre os Estado de Minas Gerais, o Município de São Joaquim de Bicas e a Vale S.A. A SESAI responsabilizou-se pela continuidade da assistência emergencial à aldeia, no âmbito da saúde e da qualidade da água. O IBAMA adotará diversas medidas de redução de danos relacionados à fauna. Como uma das medidas de redução de danos, o IBAMA apresentou uma notificação à Vale S.A., compelindo-a a realizar a limpeza diária das carcaças de animais retiradas do Rio Paraopebas.

A Equipe entregou mantimentos e água para o consumo imediato como uma maneira de trazer um alívio emergencial requerido anteriormente à Vale S.A. Não se procedeu à entrega de mantimentos para a assistência no médio prazo devido à impossibilidade de armazenamento por parte dos indígenas, que não possuem acesso à rede de energia elétrica nem ao sistema de coleta de lixo.

A Equipe participou da articulação junto à Vale S.A. sobre um estudo de viabilidade do fornecimento definitivo do serviço de água e de suprimentos para a comunidade indígena. Em seguida, a Equipe organizou um grupo de voluntários para garantir o amparo necessário às mães por meio, principalmente, da aquisição de enxovais, o que se conseguiu por meio de uma doação realizada pela Associação Pró Vida Oásis da Imaculada, com sede em Belo Horizonte. Por fim, a Equipe frisou a necessidade da alimentação específica para os bebês.

4. Reunião com Thais Oliveira, Gerente Regional de Relação Institucional da Vale S.A

No final da tarde do dia 29, houve uma reunião com a diretora de relações institucionais da Vale S.A., a Sra. Thais Oliveira. Nesta reunião foram apresentadas as

demandas recolhidas ao longo do dia, em que se relataram as principais dificuldades e desafios. Em seguida, foi estabelecido um plano de auxílio às comunidades tradicionais em caráter emergencial referente ao envio de água e suprimentos para consumo imediato, bem como um plano de trabalho para viabilizar a ida da Equipe aos locais e às comunidades indígenas e quilombolas afetadas.

DIA 30/1/2019

5. Reunião com o Bispo Dom Vicente de Paula Ferreira, na Igreja Matriz de Brumadinho

Na manhã do dia 30 de janeiro de 2019, a Equipe foi convidada para uma reunião na Igreja Matriz de Brumadinho com Dom Vicente de Paula Ferreira, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, e com um grupo de voluntários que estava diretamente envolvido com o trabalho no bairro Parque da Cachoeira, no município de Brumadinho, uma vez que este bairro foi um dos mais afetados pela lama da barragem.

Nessa reunião, os voluntários apresentaram o cenário que eles encontraram no bairro. Disseram que os moradores atingidos no Parque da Cachoeira estão entre os menos favorecidos economicamente. Revelaram também que há uma desconfiança por parte da população do bairro em relação ao governo e à Vale S.A., devido, especialmente, à ineficiente assistência dada às famílias das vítimas do desastre do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG, envolvendo a empresa Samarco, no ano de 2015.

Por conseguinte, a população hesita em preencher o cadastro promovido pela Vale S.A.; alguns parecem relutantes em receber o auxílio psicológico e, em alguns casos, se mostram hostis ao auxílio. Relataram também que advogados procuram as famílias oferecendo vias de litígio judicial. Por fim, ressaltou-se a segurança como questão prioritária pois, de acordo com os voluntários, as pessoas não deixam as suas casas por medo de terem seus bens materiais furtados.

O sr. Bispo destacou o imenso trabalho de auxílio humanitário prestado pela Igreja Católica e demais igrejas da região e se mostrou disponível para estabelecer um canal de diálogo mais eficaz com o Governo.

6. Velório da sra. Sirlei de Brito Ribeiro

Parte da Equipe acompanhou as homenagens e o velório da Sra. Sirlei de Brito Ribeiro, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Brumadinho, que estava em casa quando houve o rompimento da barragem.

Casada, advogada nas áreas cível, penal e familiar, além de ser ativista contra os efeitos sociais da mineração, foi vice-presidente da OAB de Brumadinho (gestão 2013/2015). A Secretária era também coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas da Câmara Municipal, coordenadora e professora do curso de Direito da Faculdade Asa de Brumadinho e ex-coordenadora do Centro Judicial de Solução de Conflitos da comarca.

Conforme nota de falecimento e pesar emitida pela Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais², o corpo foi velado no dia 30 de janeiro, no plenário da Câmara de Vereadores de Brumadinho, no bairro São Conrado.

7. Segunda visita às Comunidades Indígenas Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe

Simultaneamente, parte da Equipe dirigiu-se à região das comunidades indígenas Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe para uma segunda visita. A Equipe havia acionado um grupo pró vida de Belo Horizonte que atua na Casa Mãe Oásis da Imaculada (Centro de Defesa do Nascituro) para a entrega de enxovais às gestantes das comunidades indígenas.

Durante a reunião com a FUNAI a Equipe pôde apresentar as demandas dos indígenas, especialmente a necessidade do armazenamento da água. Com as constatações do que faltava emergencialmente da primeira visita, a Funai providenciou a entrega de peixes para a subsistência dos membros da comunidade, o que foi articulado conjuntamente com a Vale S.A.

² CAAMG, 30/01/2019. Nota de falecimento e pesar - Sirlei de Brito Ribeiro. Disponível em: <<https://www.caamg.org.br/nota-de-falecimento-e-pesar-sirlei-de-brito-ribeiro/>>

8. Reunião com a Secretária Municipal de Administração e com o Procurador Municipal junto à Prefeitura de Brumadinho

À tarde do dia 30 de janeiro de 2019, a Equipe conversou com o Sr. Amarildo de Oliveira, Procurador Municipal, e com a Sra. Iracema Aparecida da Silva, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura de Brumadinho, entregando em mãos o Ofício nº 7/2019/SEI/DECOM/SNPIR/MMFDH do dia 28 de janeiro de 2019, que divulgava todos os dados coletados nas visitas às comunidades e estabelecia uma prioridade aos projetos para a juventude de Brumadinho, trazendo as propostas do Governo Federal para o Município, a saber:

(i) dar prioridade aos projetos para a juventude no âmbito do município de Brumadinho, a fim de assegurar direitos econômicos, sociais, culturais e de colaborar com a profissionalização e o posterior ingresso no mercado de trabalho;

(ii) divulgar dados colhidos pela Equipe após a visita como forma de registrar e auxiliar planos futuros de prevenção de desastres;

(iii) articular as ações e o acesso entre o município de João de Bicas e as áreas interditadas;

(iv) respeitar as competências dos entes federados, sem deixar de prestar o devido apoio sempre que solicitado.

Reiterou-se a preocupação por não ferir as competências da Prefeitura por parte dos responsáveis locais; porém, a Equipe ressaltou a importância da articulação com o Município de João de Bicas devido às áreas intermediárias que foram afetadas pelo desastre.

9. Reunião com o Prefeito Municipal de Brumadinho e com a Diretora do Ministério da Cidadania

De volta ao Centro de Comando, a Equipe encontrou-se com o Sr. Avimar de Melo Barcelos, Prefeito Municipal de Brumadinho, e com a Sra. Maria Yvelônia dos

Santos Araújo Barbosa, Diretora Substituta do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério da Cidadania. Participou também a Sra. Elizabeth Jucá.

Primeiramente, repassou-se com o Prefeito as demandas prévias e as demandas levantadas no decurso da missão como forma de alinhamento e entendimento acerca das demandas e da capacidade operacional das esferas de Governos. Em seguida, a Sra. Maria Yvelônia expôs os projetos sociais em desenvolvimento pela Prefeitura e a Equipe colocou a Diretora a par das medidas e dados obtidos em campo, em ofícios e nas reuniões.

Tratou-se, nessa reunião, de um ponto central no que se refere às crises humanitárias e desastres, que vem a ser a necessidade de registros e de cadastramento das pessoas afetadas, o que tem sido providenciado pela Defensoria Pública.

No desastre na região de Mariana/MG, em 2015, a questão do registro, do cadastro para indenizações e da disponibilização de documentos à população foi insuficiente e deficitária. Devido ao receio de igual desfecho ao de 2015 para o desastre de janeiro de 2018, nem a Vale S.A. nem o Estado tinham a confiança da população. Como desdobramento, as pessoas e famílias estão procurando auxílio junto às Igrejas, devido a um componente psicológico de rejeição ou desconfiança quanto às providências e capacidade de resposta tanto da empresa quanto do Governo estadual.

10. Reunião com representantes e líderes de Igrejas

A Igreja matriz e outros espaços da Igreja Católica em Brumadinho (capelas e salões paroquiais), bem como estabelecimentos de diversas igrejas evangélicas, têm sido usados para acomodar os voluntários, servir as refeições e abrigar os mantimentos e as doações. Dessa forma, as Igrejas têm funcionado como centros de operação, recrutamento, coordenação e apoio ao voluntariado.

À noite do dia 30 de janeiro, a Equipe reuniu-se com representantes e lideranças da Igreja Católica e de diversas denominações evangélicas, em especial, da Igreja Presbiteriana, da Assembleia de Deus, da Igreja Batista, entre outras.

Os voluntários trabalham nas mais diversas frentes. Algumas equipes realizam o atendimento domiciliar às famílias ou nos abrigos, pois algumas famílias esperavam indicação para serem abrigadas em pousadas e hotéis sob a responsabilidade da Vale S.A.

A Assembleia de Deus de Brumadinho, por exemplo, montou uma equipe de lavagem de roupas dos bombeiros, entregando os uniformes no dia seguinte ao recolhimento, ensacados e limpos, como forma de dar apoio ao trabalho deles. Vários padres católicos foram deslocados para a região de forma a realizarem os velórios e as visitas às famílias.

As igrejas têm desempenhado um papel de interlocução, pois o contato com o povo tem sido feito em grande medida por voluntários ligados às comunidades religiosas. No entanto, durante a reunião com as lideranças religiosas, percebeu-se a necessidade de articulação entre as lideranças religiosas e as autoridades. Dessa forma, buscou-se definir um pacto para o trabalho colaborativo, onde foi definido a maneira como as Igrejas poderiam atuar e como o Estado preferiria que atuassem.

Uma das boas práticas foi a parceria obtida pela Igreja Católica junto à Defensoria Pública de Minas Gerais e a PUC-MG. Tal parceria foi de bastante proveito para a população, uma vez que havia muitos grupos de advogados chegando à cidade para tirar vantagem da situação, prometendo grandes indenizações às famílias; a Igreja Católica observou a vulnerabilidade das famílias e sugeriu que os técnicos fossem acompanhados, a fim de garantir a credibilidade dos líderes religiosos frente à comunidade evitando, assim, promessas que não poderiam ser cumpridas. Nesse contexto, a Defensoria Pública se disponibilizaria a prestar informações justas e precisas sobre os direitos, serviços, acesso ao cadastramento e as possibilidades de judicialização às famílias de áreas afetadas e de vítimas ou de pessoas desaparecidas.

A Equipe relatou que as medidas cabíveis ao Executivo foram tomadas, como o bloqueio de bens junto à Vale S.A. e a prisão cautelar de responsáveis. Recomendou-se informar à população que, no primeiro momento, estão em pauta apenas as medidas emergenciais, mencionando a possibilidade de consequências judiciais para os responsáveis pelo desastre. Caberá ao Judiciário decidir sobre possíveis indenizações. Os líderes entenderam essa questão e passaram a colaborar com o comando.

Além disso, dessa reunião resultou a abertura de canais de diálogo direto, motivo pelo qual foram designados diferentes pontos focais para que as igrejas pudessem ter canais de diálogo com a população e com as autoridades. Essa medida visa a redução do desconforto em relação à falta de informações, o que foi muitas vezes relatado pela população. Além disso, medida mencionada tem como outro objetivo a melhora da coordenação do voluntariado. Assim, a Equipe do MMFDH atuou como mediadora entre o voluntariado prestado pelas igrejas e as autoridades governamentais, com vistas a potencializar a comunicação e dinamizar o apoio efetivo à população.

Antes do final da reunião, a Equipe recebeu um grupo religioso vindo de Belo Horizonte composto por intérpretes de informações para os surdos e psicólogos que se apresentaram como voluntários. A partir desse dia, as pessoas com deficiência auditiva começaram a ter acesso a informações sobre Brumadinho.

DIA 31/01/2019

11. Vistoria do Rio Paraopeba junto ao IBAMA e notificação à Vale S.A.

A Equipe acompanhou a visita ao rio Paraopebas junto ao IBAMA. Nessa ocasião, o IBAMA encaminhou à Vale S.A. uma notificação (Anexo) acerca da necessidade de limpar o rio. Na notificação constava que, no dia 28 de janeiro de 2019, já se observava o acúmulo de peixes à margem do rio na região que recebeu os dejetos de lama. Além de impossibilitar o acesso à água, o odor, proveniente da decomposição da matéria orgânica de origem animal, já estava chegando a algumas comunidades indígenas.

12. Reunião na Secretaria Municipal de Saúde, com a Secretaria de Estado de Trabalho e de Desenvolvimento Social, com a representante do Ministério da Cidadania e com o Ministério Público Estadual.

Ao longo da maior parte do dia, houve uma reunião de alinhamento entre autoridades de Estado junto com o Ministério Público de Minas Gerais a fim de indicar

o fluxograma de atendimento em médio prazo às famílias. Nesta oportunidade, fez-se o mapeamento dos locais afetados e o levantamento das necessidades imediatas da população.

Vários assistentes sociais participaram da reunião, explicando sobre os registros e cadastros que estavam sendo realizados pela Vale S.A. e pelo Estado através da Defensoria Pública. Nessa oportunidade, relataram ainda o trabalho realizado na base, identificando a forma como se estava realizando a abordagem e a visita às famílias de vítimas, de pessoas desaparecidas e das regiões afetadas.

Foram escutados muitos depoimentos, em especial aqueles que informaram acerca dos serviços assistenciais e emergenciais, bem como foram apresentadas reclamações quanto à desorganização do serviço de registros e cadastramento. Por isso, na reunião, fez-se uma força-tarefa para organizar e dar andamento a esses serviços.

A SEDESE organizou um documento compilando essas informações para entregar ao Ministério Público, caso haja interesse em proceder à judicialização das questões envolvidas com o desastre.

13. Missa de Sétimo Dia da Tragédia

A Equipe participou da Missa de Sétimo Dia do desastre, que ocorreu às 19h30 na Igreja Matriz de São Sebastião, no Centro de Brumadinho, conforme confirmado pelo Jornal Estado de Minas³. A Missa foi presidida pelo Arcebispo de Belo Horizonte, Dom Walmor Oliveira de Azevedo.

DIA 01/02/2019

14. Reconhecimento aos bombeiros voluntários

A Equipe esteve no Ginásio Municipal com cerca de 30 Bombeiros Voluntários do Estado de Santa Catarina que estavam trabalhando de modo espontâneo logo após o rompimento da barragem. Assim, estabeleceu-se, no dia 1 de fevereiro, uma

³ ESTADO DE MINAS, 30/02/2019. Missa de sétimo dia da tragédia será celebrada no Centro de Brumadinho. Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/01/30/interna_gerais,1026145/missa-de-setimo-dia-da-tragedia-sera-celebrada-no-centro-de-brumadinho.shtml

mediação feita pela Equipe entre os bombeiros voluntários e o Centro de Comando Geral dos Bombeiros para, de modo oficial, potencializar o trabalho e a assistência às vítimas em cooperação com a Defesa Nacional e o Centro de Comando. Ao final, a Equipe agradeceu o trabalho dos Bombeiros voluntários do Estado de Santa Catarina.

15. Reunião para conhecer as atividades da polícia civil

Diante da informação de que as pessoas e famílias afetadas estavam sendo orientadas a se deslocarem a Belo Horizonte para obter a recuperação, o acesso ou a emissão de documentação pessoal, a Equipe do MMFDH buscou a Polícia Civil com o objetivo de recomendar a instalação de um posto de documentação provisório no local do desastre para a redução dos custos emocionais e materiais da população, que já se encontra em situação de vulnerabilidade.

Na tarde do dia 01 de fevereiro, a Equipe foi recebida pelo Sr. Arlen Bahia da Silva, Delegado Assistente do Gabinete da Chefia da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Nessa reunião, o Delegado explicou todas as atividades em operação pela Polícia Civil em Brumadinho, como aquelas referentes à emissão de Carteiras de Identidade, à coleta de material de DNA e à extensão do horário da delegacia do Município.

A Equipe sugeriu que a Polícia Civil visitasse as regiões afetadas a fim de se reunir com a comunidade e de providenciar a emissão de documentos no próprio Município, o que foi acatado. Nos dias que se seguiram, iniciou-se a provisão de documentos no local, conforme notícia veiculada pela Polícia Civil de Minas Gerais⁴.

16. Visita ao Córrego do Feijão.

O Córrego do Feijão é um dos locais mais afetados pela tragédia. Ao longo do dia, a Equipe acompanhou a primeira reunião entre o Ministério Público, a Defensoria Pública e as famílias afetadas. O convite para a reunião foi feito pelo Sr. Luciano de

⁴ ASCOM-PCMG, 11/02/2019. PCMG emite carteiras de identidade em Brumadinho. Disponível em: <https://www.policiacivil.mg.gov.br/noticia/exibir?id=1764643&=PCMG-emite-carteiras-de-identidade-em-Brumadinho>

Oliveira Lopes, um dos líderes comunitários do Córrego do Feijão. Na ocasião, a comunidade foi informada sobre a possibilidade de se organizar e, assim, obter suas demandas judiciais.

A Equipe conheceu algumas ações de trabalho voluntário, como o SOS Pedrinho, responsável pela distribuição de sopa e acolhimento para moradores de rua, sendo que este voluntariado é realizado na cidade de Belo Horizonte. Em Brumadinho, o SOS Pedrinho contava com cerca de 15 jovens e adolescentes que ajudavam dando acolhimento pessoal às famílias afetadas da comunidade do Córrego do Feijão.

Outro trabalho de destaque feito voluntariamente foi protagonizado pela Dona Ivana, proprietária de um restaurante da cidade Belo Horizonte. Dona Ivana, no dia seguinte à tragédia, decidiu fechar o restaurante e começou a providenciar marmitas para as pessoas afetadas a tragédia, incluindo para as equipes de assistência e os voluntários.

A Equipe também identificou aproximadamente 50 crianças da região do Córrego do Feijão que foram divididas em dois grupos. Um deles foi abrigado num estabelecimento comercial de vendas de bebidas de teor alcoólico, enquanto que o outro grupo ficou desassistido.

Apesar da iniciativa de entretenimento de parte das crianças feita pelos voluntários, o espaço não era adequado, o que foi informado à Vale S.A. Além disso, as crianças podiam ver o traslado dos corpos das vítimas passar por cima do local de abrigo. O trauma aparecia nos desenhos delas que retratavam a lama, as casas sem telhado e os helicópteros transportando os corpos ensacados.

Ademais, a Vale S.A. providenciou uma casa para poder oferecer maior estabilidade e melhor estrutura para o acolhimento das crianças e forneceu materiais infantis para os voluntários cuidarem das e entreterem-nas.

DIA 02/02/2019

17. Visita às Comunidades Quilombolas Marinhos e Sapé

Após o longo período de deslocamento, no início da tarde do dia 02 de fevereiro de 2019, a Equipe visitou a Comunidade Quilombola de Marinhos, localizada no distrito São José do Paraopeba, situado no interior de Brumadinho, como parte do plano de mapeamento e reconhecimento das comunidades afetadas.

Durante a visita, apurou-se duas principais demandas da comunidade Marinhos. A primeira delas seria a solicitação de assistência psicológica às famílias de ao menos dois membros da comunidade que estão desaparecidos, o que ainda não havia sido providenciado. Já a segunda demanda, partilhada por outras comunidades quilombolas e indígenas da região, seria a de se obter uma solução para a mobilidade e o deslocamento frente à interdição da estrada principal. O trajeto em veículo até à cidade de Brumadinho dava-se em 40 minutos antes do desastre, mas, com a interdição, passou a levar 2 horas e 30 minutos. Apontou-se que um senhor de idade veio a óbito no dia 03 de fevereiro, por causas naturais. Acredita-se que a demora para chegar à cidade tenha favorecido o falecimento. Ambas as demandas foram levadas ao Centro de Comando, que respondeu que em dez dias a liberação ocorreria.

No dia 07 de fevereiro de 2019, após duas semanas de interdição, a Vale S.A. anunciou o plano de construção de uma ponte principal, com 50 metros de diâmetro, sobre a rodovia MG 040⁵ para restaurar o trânsito da Avenida Alberto Flores e viabilizar o acesso às comunidades afetadas como as do Parque da Cachoeira e do Córrego do Feijão, bem como às comunidades quilombolas. A obras foram iniciadas no dia 11 e a meta é de que a ponte esteja pronta até o dia 28 de fevereiro de 2019⁶.

DIA 03/02/2019

18. Visita aos principais pontos de trabalho voluntário

Ao longo do domingo, dia 03 de fevereiro de 2019, a Equipe conheceu seis dentre os principais pontos de voluntariado organizado para a assistência à população. Um deles foi uma lavanderia improvisada que funcionava de modo ininterrupto, trabalho realizado pela Convenção Batista da região. Outro foi o trabalho voluntariado civil organizado por jovens. Seus integrantes estavam insatisfeitos com a Prefeitura e com a Vale S. A., pois um dos pontos de apoio de distribuição de doações não estava em atividade no domingo.

⁵ G1 Minas Gerais, 07/02/2019. Ponte será construída na MG-040 para ligar Casa Branca a Brumadinho. Por Bom Dia Minas. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/02/07/ponte-que-liga-casa-branca-a-brumadinho-sera-reconstruida-a-partir-desta-quinta-feira.ghtml>

⁶ ULTIMO INSTANTE, 11/02/2019. Vale: Começa obra de ponte principal em Brumadinho. Disponível em: <https://www.ultimoinstante.com.br/ultimas-noticias/economia/empresas/vale-comeca-obra-de-ponte-principal-em-brumadinho/278164/>

Nos pontos de voluntariado a Equipe fez o trabalho de reconhecimento e auxílio às atividades desenvolvidas, além de coletar as demandas trazidas pelos voluntários e pela população nas questões em que o MMFDH poderia intervir e ser um canal de mediação com os esforços do governo.

19. Reunião no quartel para atualização de informações

À noite, a Equipe se reuniu no Centro de Comando de Crise a fim de apresentar e de colher informações sobre as atividades e dificuldades das demais autoridades e instituições que estão envolvidas nas operações e trabalhos referentes ao resgate e a assistência à população, à proteção ambiental e à normalização dos serviços e transportes.

DIA 04/02/2019

20. Visita ao Parque da Cachoeira

O bairro Parque da Cachoeira foi uma das regiões mais afetadas pela tragédia. A Equipe do MMFDH visitou o local a convite do Sr. Ademir Caricati, Vice-Presidente da Associação de Moradores do Parque da Cachoeira. A comunidade contabilizava mais de 40 desaparecidos, sem contar com os corpos que já haviam sido identificados e enterrados.

A Equipe passou parte do dia acompanhada do Sr. Caricati na visita às áreas afetadas. Juntos foram observando os trabalhos no local, visitando também as casas dispostas à beira do Córrego do Feijão. Devido, principalmente, às perdas humanas, há grande desorganização no trabalho realizado no local, o que fez com que muitos voluntários deixassem o local, não obstante o Parque das Cachoeiras contasse com maior apoio e estrutura montada pela Vale S.A. para acolher voluntários.

A desorganização local parece ter sido causada pela falta de liderança. O município foi afetado pelas mortes, inclusive a da Secretária Municipal. Tais mortes causaram abalo emocional em diversos servidores que perderam parentes e amigos. Muito desses servidores entraram em licença devido ao luto, deixando os demais sobrecarregados de trabalho. Além do caos causado pelas perdas humanas, houve

também consequências financeiras para o município, que precisou gastar toda a reserva anual para os enterros das pessoas que morreram na tragédia. Se, por um lado, a Prefeitura não possui condições ideais para ajudar a população, a Vale S.A. tem condições e está disposta a liderar a ajuda, mas a desconfiança e a rejeição da população em relação à empresa atrapalham esse trabalho.

DIA 05/02/2019

21. Organização logística e administrativa no Centro de Comando

No dia 05 de fevereiro, a Equipe ocupou-se da preparação de documentos, de informes e da elaboração da agenda de viagem da Sra. Damares Alves, Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Em um levantamento preliminar, registrou-se que os principais focos da Ministra para Brumadinho seriam os seguintes:

(i). Mercado de trabalho em geral, pois a Vale S.A. é a maior empregadora da região.

(ii) Mercado de trabalho para os jovens que dependem ou dependiam das atividades da Vale S.A.

(iii) Programas de aprendizagem, capacitação e empreendedorismo para os jovens quilombolas e os jovens das comunidades indígenas. Sugestão para que sejam aplicados com foco em Brumadinho.

(iv) Questão psicológica entre os jovens, em especial em relação à prevenção ao suicídio. O impacto de centenas de pessoas que foram mortas ou desaparecidas poderia abalar fortemente o psicológico de adolescentes e jovens, o que poderia aumentar o risco de suicídio, que é a segunda maior causa de morte entre os jovens. Quase todos os jovens da cidade têm um amigo, um conhecido ou um parente falecido ou desaparecido no desastre.

DIA 06/02/2019

22. Retorno a Brasília.

Observações de Fatores Críticos

Resposta à Crise Humanitária

Crises Humanitárias têm acontecido tanto com cada vez mais frequência quanto com maior complexidade nas décadas recentes, e a resposta emergencial às crises é cada vez mais conduzida pela atuação de entes públicos. Com o aumento da complexidade e impacto gerado por uma crise, torna-se imprescindível a articulação entre os atores, quer entre os atores da esfera pública entre si, quer junto a outros atores da sociedade civil. A identificação da necessidade, articulação e coordenação de atores perpassa vários níveis de complexidade, onde os atores comunitários, regionais, nacionais e internacionais precisam colaborar, compartilhando competências e recursos em ações sincronizadas.

Considerando as boas práticas em resposta às crises, é importante considerar alguns índices analíticos para enquadrar fatores críticos do atual cenário de resposta à crise humanitária. Primeiramente, pode-se considerar a crise humanitária como situação de vulnerabilidade que afeta os direitos humanos fundamentais de uma comunidade, situação esta que não pode ser resolvida por ela mesma.

Pode-se analisar a resposta em uma situação de crise em diferentes fases que correspondem a diferentes conjuntos de ações de resposta à crise: **Busca e Salvamento, Alívio Emergencial, Recuperação Inicial e Recuperação de Médio para longo Prazo, Desenvolvimento da comunidade e Redução de Risco de Desastres**⁷.

A primeira ação de resposta a uma situação, a **Busca e Salvamento** de crise corresponde à ação imediata de salvar vidas associada a ações. O **Alívio Emergencial** significa manutenção da paz e segurança, provisão de alimentação, água, assistência de saúde e finalmente, assistência de abrigo.

A **Recuperação Inicial** corresponde à fase de transição do amparo à regeneração das comunidades afetadas pela crise humanitária. Estas comunidades deixam, gradualmente, de estar sujeitas a condições de vulnerabilidade, havendo condições estáveis - mesmo que provisórias - de abrigo, alimentação e saúde e

⁷ Melissa Crutchfield, **Phases of Disaster Recovery**. New-World-Outlook-Magazine. 2013

educação. A **Recuperação de Médio para longo Prazo** ocorre quando há condições estáveis e permanente supressão das condições de vulnerabilidade, indicada pela reconstrução de casas e outras condições de infraestrutura e na população são renovadas as oportunidades das famílias de restaurar suas atividades econômicas.

O **Desenvolvimento da comunidade e Redução de Risco de Desastres** são dois conjuntos de ações importantes, mesmo que não consideradas como emergenciais. O primeiro conjunto envolve as ações que promovam as oportunidades de longo prazo para o desenvolvimento social e econômico da população afetada. O segundo refere-se às ações preventivas que aprimorem tanto sistemas de garantia de segurança quanto sistemas de resposta à crise.

Pontos Relevantes Identificados

- No que tange à **Busca e Salvamento**, foi observado que houve integração das operações de busca e salvamento no Centro de Comando de Crise.
- No que tange ao **Alívio Emergencial às condições de vulnerabilidade**, observou-se:
 - Ações de **assistência nutricional** por parte da Vale S.A. à comunidade indígena Pataxó e Pataxó Hã-Hã-hãe;
 - Ações de **assistência às famílias desabrigadas** em imóveis por parte das entidades religiosas e em pousadas e hotéis por parte da Vale S.A.;
 - Ações de provisão de roupas, alimentos e **outros serviços** de auxílio por parte de muitas entidades voluntárias envolvidas;
 - O comprometimento da SESAI para com a continuidade da assistência intensiva à comunidade indígena Pataxó e Pataxó Hã-Hã-hãe no que concerne à **saúde dos indígenas**.
 - No que tange ao **apoio psicológico**, a disposição de profissionais da Subsecretaria de Promoção e Defesa de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais e de psicólogos voluntários.
 - Apoio significativo do Município no que concerne o **auxílio financeiro a funerais**.
 - Deslocamento de clérigos de outras regiões para prestar serviços fúnebres e apoio espiritual voluntariamente.

Pontos para Melhoria

1. **Desconfiança da população afetada** em relação aos representantes e lideranças da Vale S.A. e do Governo municipal em relação à assistência emergencial. Constatou-se que a população preferia recorrer às lideranças de Igrejas e de voluntários para pedir informações sobre como proceder ao registro e cadastramento. Foi necessário, portanto, agendar reuniões para informar a população sobre seus direitos e sobre a emissão da segunda via de documentos no local;
2. Dificuldade de **coordenação dos voluntários** para atuar junto às operações lideradas pelo Centro de Comando. Alguns grupos, inclusive os bombeiros, retornaram às suas bases de atuação ou residências sem terem conseguido colaborar porque não estavam credenciados e, assim, não puderam acessar as áreas de risco;
3. Devido à amplitude do impacto em relação à população, houve **drástica redução da capacidade operacional da Prefeitura**, pois muitos servidores receberam a licença de uma semana de luto por conta de familiares vitimados ou desaparecidos;
4. Situações de **auxílio insuficiente** por parte de ações de voluntariado principalmente em relação a abrigos improvisados, resultado provável de falta de articulação entre agentes.

Elementos de indicadores de sucesso e boas práticas

1. Rápida mobilização de instituições e órgãos públicos nos três níveis de Governo;
2. Rápida e espontânea mobilização de voluntários para o local;
3. Ação de mediação do acesso à justiça coordenada pela Defensoria Pública do Estado de Minas, pelo Ministério Público, por assistentes sociais e pelo MMFDH;
4. O papel mediador e de acolhimento das Igrejas como centros de recrutamento de voluntários, coordenação, abrigamento e assistência às pessoas atingidas;
5. Iniciativa da Vale S.A. em oferecer a sua capacidade operacional em auxílio de alívio emergencial e em adotar medidas de contenção de danos e de apoio

financeiro imediato, independente de futuras responsabilidades com indenizações.

Considerações finais

Conforme evidenciado no relatório, a Equipe foi capaz de coletar informações relevantes sobre a situação e apoiar outros grupos de trabalho em harmonia com a prefeitura de Brumadinho e o Governo do Estado de Minas Gerais, articulando agentes públicos e comunitários, identificando e intermediando demandas emergenciais.

Próximos passos recomendados:

1. **Monitorar garantias** de auxílio humanitário: abrigo, alimentação e saúde mental;
2. **Monitorar auxílio financeiro** dos atores envolvidos, em especial da Vale S.A. e do Poder Público, **tendo em vista** que além do apoio humanitário emergencial, há necessidade de dar **apoio à Recuperação inicial e de Médio para longo Prazo**;
3. **Monitorar desdobramentos da crise** como: Fluxo de pessoas; Manutenção da Paz e Segurança.
4. Fortalecer a coordenação da rede de atores e promover a troca de informações.
5. **Planejamento de ações de Recuperação inicial e de Médio para longo Prazo** de modo conjunto com atores comunitários e tendo em vista o desenvolvimento da população afetada, em especial, visando a reconstrução de estradas, prédios, casas, escolas e hospitais, além do apoio à recuperação e ao desenvolvimento da condição econômica e social da região.
6. **Aprimoramento** de Mecanismos de **Resposta a Situações de Crises** Humanitárias e Mecanismos de **Redução de Risco de Desastres** em regiões semelhantes;
7. Envolver e **promover expectativa de justiça e segurança jurídica** entre as partes envolvidas.

Anexos

Índice de Documentos:

- a. Índice de Imagens
- b. Pessoas Citadas
- c. Relatório Vistoria do IBAMA-MMA
- d. Informativo Informativo Nº 4, IGAM-COPASA-ANA-CPRM

Índice de Imagens

Imagem 1. 29/01/2019, Centro de Comando.



Imagem 2. 29/01/2019, Guilherme Freire e Davi Callazans recebendo informações sobre a área afetada no Centro de Comando de Crise



Imagem 3. 29/01/2019. Chegada em Brumadinho - Bombeiros exaustos descansando.



Imagem 4. 29/01/2019, Doulgas Pinheiro, Guilherme Freire e Davi Callazans com integrantes da tribo Pataxó



Imagem 5. 29/01/2019, Guilherme Freire, cacique Raió e Douglas Pinheiro.



Imagem 6. 29/01/2019, Equipe em reunião com a tribo Pataxó.



Imagem 7. 31/1/2019, Douglas acompanhando a vistoria no rio Paraopeba junto ao IBAMA a quem fez a Notificação a Vale sobre a limpeza do mesmo.



Imagem 8. 30/01/2019. Guilherme freire, Douglas Pinheiro e Davi Callazans recebendo pautas da Arquidiocese de Belo Horizonte e Paróquia Local



Imagem 9. 01/02/2019, Douglas Pinheiro com Del. Arlen Bahia e equipe da Polícia Civil.



Imagem 10. 01/02/2019, Encontro com os bombeiros voluntários de Santa Catarina

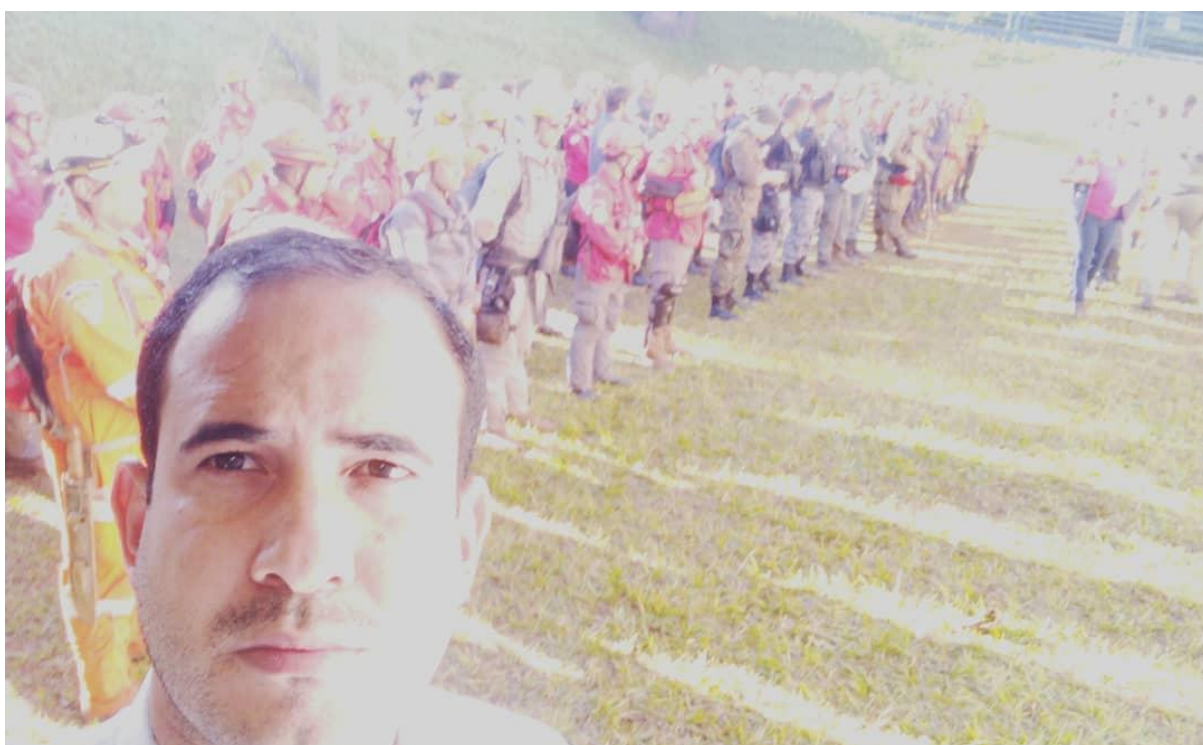


Imagem 11. 02/02/2019, Douglas Pinheiro nas Comunidades Quilombolas de Marinhos e Sapé.



Imagem 12. 04/02/2019, Douglas Pinheiro com o líder da comunidade do Parque das Cachoeiras.



Pessoas citadas

<u>Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos</u>	Item
<ul style="list-style-type: none">• Damares Alves, Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.	22
<ul style="list-style-type: none">• Guilherme Frassetto da Cunha Lima Freire, Secretário Nacional Adjunto da Juventude.	Introdução
<ul style="list-style-type: none">• Douglas Pinheiro, representante da Secretaria Nacional da Juventude.	Introdução
<ul style="list-style-type: none">• Davi Callazans, representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.	Introdução
<u>Ministério do Desenvolvimento Regional</u>	
<ul style="list-style-type: none">• Cel. Alexandre Lucas, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil.	1
<u>Ministério da Cidadania</u>	
<ul style="list-style-type: none">• Maria Yvelônia dos Santos Araújo Barbosa, Diretora Substituta do Departamento de Proteção Social Especial.	9
<u>Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais</u>	

- **Ten. Cel. PM Flávio Godinho Pereira**, Coordenador Estadual Adjunto de Defesa Civil.

1

Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais

- **Elizabeth Jucá e Mello Jacometti**, Secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social.

1

Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania do Estado de Minas Gerais

- **Thiago Augusto Campos Horta**, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

1

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

- **Delegado-Geral de Polícia Arlen Bahia da Silva**, Delegado Assistente do Gabinete da Chefia da Polícia Civil.

16

Secretaria Municipal de Administração de Brumadinho

- **Iracema Aparecida da Silva**, Secretária Municipal de Administração.

8

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Brumadinho

- **Sirlei de Brito Ribeiro (falecida na tragédia)**, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social.

6

Secretaria Municipal de Saúde de Brumadinho

- **Junio de Araujo Alves**, Secretário Municipal de Saúde.

1

Prefeitura Municipal de Brumadinho

- **Avimar de Melo Barcelos**, Prefeito Municipal.

9

- **Amarildo de Oliveira**, Procurador Municipal.

8

Vale S.A.

- **Thais Oliveira**, Gerente Regional de Relação Institucional, Região Sudeste.

4

- **João Bosco**, Técnico de Relacionamento com a Comunidade.

1

Arquidiocese de Belo Horizonte

- **Dom Vicente de Paula Ferreira**, Bispo Auxiliar.

5

Lideranças Cívicas

- **Raió**, Cacique da Comunidade Indígena Pataxó. 3
- **Ademir Caricati**, Vice-Presidente da Associação de Moradores do Parque da Cachoeira. 21
- **Luciano de Oliveira Lopes**, Líder comunitário do Córrego do Feijão. 17



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

COORDENAÇÃO GERAL DE EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS

Relatório Vistoria

1 – Nome do Incidente:

Rompimento de barragens em Brumadinho/MG

2 – Data da Vistoria:

29/01/2019

3 - Hora:

11:00h às 14:00h

4 – Local da vistoria:

Aldeia das etnias Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe, no município de São Joaquim de Bicas/MG, próximo ao assentamento do Movimento dos Sem Terra (MST).

5 – Objetivo da vistoria:

Verificação de denúncias relativas à contaminação da área indígena pela pluma de rejeitos da mineração da Vale S/A, com consequente mortandade de peixes no Rio Paraopeba.

6 – Pontos vistoriados (lista com coordenadas):

Ponto 01: Margem do Rio Paraopeba em São Joaquim de Bicas/MG, onde foram localizados os peixes mortos (-20,083554 / -44,208657).

Ponto 02: Nascente onde os indígenas captam água para consumo humano (-20,084110 / -44,207418).

Ponto 03: Local da reunião na aldeia indígena (-20,082690 / -44,209645).

7 – Constatações por pontos:

Ponto 01: Deslocamento da equipe via helicóptero, acompanhada de servidor da FUNAI, com pouso ao lado do assentamento do Movimento Sem Terra, devido à

impossibilidade de pouso na aldeia Pataxó, por motivo de grande quantidade de vegetação preservada. Após adentrar à aldeia, o cacique Raiô direcionou a equipe ao Ponto 01, sendo apresentado diversos peixes mortos já coletados pelos indígenas.

O cacique informou que essa coleta vem sendo realizada diariamente no Rio Paraopeba, sendo mais intensa na curva do rio onde existe um refluxo / redemoinho que propicia o acúmulo de material carregado: rejeitos, vegetação, lixo, materiais de casas que foram atingidas e peixes mortos. As carcaças dos animais estão sendo enterradas ou queimadas para evitar que apodreçam, causem doenças à população indígena ou sejam ingeridas por animais domésticos e silvestres da região. Ademais, a destruição das carcaças visa também evitar o mau cheiro, que no momento da vistoria era insuportável. Vale destacar que a aldeia dista aproximadamente 20m do Rio Paraopeba.

A comunidade indígena relatou que desde a chegada do rejeito estão sendo avistados diariamente animais sendo carregados pelo rio, tais como peixes, cobras, capivaras e bovinos. De fato, no momento da vistoria técnica foi possível constatar a presença de quantidade significativa de urubus na região.

Um membro da equipe vistoriou a margem próxima ao local de refluxo do rio e constatou cerca de 15 a 20 peixes mortos. A todo o momento chegavam novos peixes, em média de um indivíduo por cada 3 minutos. Foi realizada coleta de um peixe curimba, de aproximadamente 30 cm, como amostra, para análise. Fotografias e vídeos abaixo.

Ponto 02: A comunidade conduziu a equipe do IBAMA e da FUNAI ao local onde existe uma nascente, localizada na margem oposta do Rio, com acesso pelo pontilhão do ramal férreo. A nascente, de aspecto cristalino e fria, é a única fonte de água para consumo humano da comunidade. No encontro desse córrego com o rio Paraopeba verificou-se a existência de diversos peixes vivos, de pequeno porte, que se refugiavam dos rejeitos do rio, permanecendo neste local de água limpa.

Ponto 03: A equipe retornou à aldeia, onde foi realizada reunião com a comunidade indígena e suas lideranças, com a presença de representantes dos seguintes órgãos públicos: IBAMA, FUNAI, SESA, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), Secretaria Nacional da Juventude, Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), e Conselho Estadual de Direitos Humanos.

A comunidade indígena relatou os impactos imediatos que estavam sofrendo em função do rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Vale S/A e foram definidas ações emergenciais para cada órgão ali presente.

As lideranças afirmaram que o peixe é o principal alimento para sobrevivência e relataram diversos usos da água do rio, tais como banho, lavagem de roupa e louça, irrigação de hortas, dessedentação animal e rituais religiosos. Foi constatada a

presença de idosos, crianças e mulheres grávidas, sendo mencionado que hoje nasceu uma criança indígena, totalizando 27 (vinte e sete) famílias, aproximadamente 86 (oitenta e seis pessoas), que estão expostas a eventuais doenças transmitidas pelos peixes em decomposição nas proximidades.

Também foi alertado pelos indígenas o impacto social que estão sentindo na comunidade, em função do grande movimento na área – representantes de vários órgãos públicos, empresas e até pessoas estranhas – o que afeta o cotidiano da comunidade. Ademais, os indígenas ressaltaram o receio de que as ações dos órgãos que estão visitando a aldeia sejam apenas momentâneas e pontuais.

As principais demandas citadas foram: alimentação, água, medicação, vestuário, entre outras, bem como EPI para eventual manejo dos peixes mortos. Foi relatado que cachorros, raposas, pacas e quatis se alimentam dos peixes mortos. Informaram que receberam água mineral da FUNAI, obtida por meio de campanha em Governador Valadares, que é a única água que vem sendo consumida, em função da contaminação do rio pelos rejeitos de mineração. Houve grande reclamação relativa à suspensão do fornecimento de água pela COPASA, requerendo-se que o mesmo seja retomado. A Secretaria Estadual de Direitos Humanos responsabilizou-se por intervir junto à COPASA, na tentativa de restabelecer o fornecimento de água potável. Manifestaram a necessidade de regularização fundiária do território ocupado, cuja área total reivindicada é de 327 hectares, que se encontra muito bem preservada do ponto de vista ambiental.

Em alternativa ao consumo de peixe, a comunidade está se alimentando de suas outras criações, para ingestão de proteína animal. Citaram o cultivo de feijão, mandioca, amendoim, quiabo, milho e outras plantações na aldeia. A plantação está prejudicada porque não podem mais utilizar a água do Rio Paraopeba para irrigá-la. Solicitaram também alimentação para os cachorros e demais criações, por meio do fornecimento de ração. Por fim, foi repassada à SESAI amostra de água coletada anteriormente à chegada dos rejeitos, aparentemente em boas condições. O MMFDH responsabilizou-se por buscar alternativas para repor alimentação e água para consumo da comunidade e dos animais e intermediar as ações entre Estado de Minas Gerais, Município de São Joaquim de Bicas e Vale S/A.

A SESAI informou que continuará dando assistência à aldeia, de forma emergencial, no que tange à saúde da população, monitoramento e análise da qualidade da água no Rio Paraopebas. A FUNAI comunicou a entrega de cestas básicas, fruto de doações. O IBAMA responsabilizou-se por adotar medidas relacionadas à fauna que estão impactando sobremaneira a comunidade indígena.

Ao retornar ao Posto de Comando na Faculdade Asa, em Brumadinho/MG, a equipe entregou o peixe morto coletado aos funcionários responsáveis da Vale S/A, para realização de análises. O peixe foi acondicionado em isopor com gelo, embalado e identificado.

8 – Ações de resposta observados por ponto:

Diversos órgãos públicos encontravam-se no local, cada um atuando dentro de suas atribuições. Foi constatado o fornecimento emergencial de água mineral e de cestas básicas. Equipe médica da SESAI estava presente, para prestar auxílio à comunidade indígena.

9 – Recomendações e comentários:

Recomenda-se:

- Que a Vale S/A seja compelida a realizar a limpeza diária das carcaças de animais, apresentando relatório diário ao IBAMA;
- Que haja continuidade do monitoramento ambiental na área da aldeia indígena Pataxó;

10 – Participantes da vistoria (nome , cargo, função e contato):

- Ana Cacilda Rezende Reis. Analista Ambiental, (71) 98124-6775, ana-cacilda.reis@ibama.gov.br;
- Renato Miranda Carvalho, Técnico Administrativo, Chefe da DCI/PRESID, (61) 99241-2642, renato.carvalho@ibama.gov.br;
- Hécio de Mattos Batista, Engenheiro Agrimensor, Chefe do SEGAT da FUNAI, Coordenação Regional de Minas Gerais e Espírito Santo, (33) 99192-2915 helcio.batista@funai.gov.br;

11 – Incluir fotos com legenda (caracterizando o ponto de vistoria) e coordenadas Geográficas







Ponto 01: Verificação de mortandade de peixes na aldeia indígena. Vídeo gravado também disponível, demonstrando o fluxo da água do rio carreando rejeitos, materiais, vegetação e peixes mortos para as margens do local vistoriado.





Ponto 02: Nascente onde a aldeia capta água para consumo humano. Verificada presença de peixes vivos no córrego se refugiando dos rejeitos carregados pelo Rio Paraopeba.





Ponto 03: Reunião entre órgãos públicos e lideranças indígenas. Peixe morto coletado e acondicionado com gelo dentro de isopor e entregue à Vale S/A. Foto acima: Lucas Hallel